



CONCURSO PÚBLICO

**Aquisição de Design, Museografia e Equipamentos tecnológicos, para o Núcleo
Museológico Ferroviário de Bragança**

Processo nº3/2019-CP-DLM

PROGRAMA DO CONCURSO



No âmbito do procedimento de concurso público, COM publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a formação do contrato do presente procedimento, é aprovado o presente Programa do Concurso, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 132.º do CCP, que contém as indicações legalmente exigidas e outros termos legalmente previstos a que deve obedecer a fase de formação do contrato até à sua celebração, sem prejuízo da aplicação do CCP.

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O concurso tem por objeto a **“Aquisição de Design, Museografia e Equipamentos tecnológicos, para o Núcleo Museológico Ferroviário de Bragança”** cujas especificações constam do caderno de encargos.

1. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. O procedimento de concurso público com publicação em Diário da República foi adotado nos termos e de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

2. O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008 é:

- 72222300-0 Sistema relacionados com as tecnologias da informação;

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, com o NIPC 506 215 547, com sede no Forte de S. João de Deus, 5300-263 Bragança, telefone n.º 273 304 200, fax n.º 273 304 299, endereço eletrónico armazens@cm-braganca.pt, joao.rodriques@cm-braganca.pt plataforma eletrónica AcinGov.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação em Reunião de Câmara.

Artigo 4.º

Preço base

O valor base para efeitos do presente concurso é de 336.000,00€ (Trezentos e trinta e seis mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, não dividido por lotes e como nos termos do artigo 46ªA do CCP, para valores superiores a 135.000,00€ a decisão de não contratação por lotes deve ser fundamentada assim, considerando como objetivo concentrar o nível de responsabilidade numa única entidade que irá monitorizar toda a aquisição de museografia e respetiva tecnologia, e ainda por motivos de urgência,



entendemos fundamental que o adjudicatário para assumir compromissos de sucesso da aquisição, é mais eficiente para a entidade adjudicante que a aquisição de bens e serviços se concentre numa única entidade.

Artigo 5.º

Prazo de execução

O prazo para a aquisição é no máximo 60 dias, sendo este fator Fator Prazo (F_PRAZO), avaliado e analisado como critério de adjudicação conforme ponto 1.1.3 do artigo 14.º do Programa de concurso.

Artigo 6.º

Fundamentação da escolha do concurso público

Face ao valor, escolha do procedimento nos termos da Alínea a) do artigo 19º do CCP, o que obriga a publicidade internacional.

Artigo 7.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACINGOV - Icloud Solutions, Lda..
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.
3. Para ter acesso à plataforma da ACINGOV, deverá efetuar os seguintes passos:
4. Caso não esteja inscrito deverá aceder a "www.acingov.pt", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os e-mails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados por nós os documentos de adesão da sua empresa, devidamente assinados pelos representantes legais.
5. Mais informações através do número 707 451 451.
6. Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em "convites", acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu "Pedidos" poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.
7. O processo de concurso encontra-se patente no Serviço de Compras do Município de Bragança, sito no Forte São João de Deus 5300-263, Bragança, onde o programa do concurso e o caderno de encargos se encontram disponíveis para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (9h00 às 12:30 e das 14:00 às 17h30), desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 8.º

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública na funcionalidade de “Esclarecimentos”.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “Esclarecimentos”.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
4. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que precederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica de contratação pública, de acordo com o artigo n.º 50 do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 9.º

Erros e Omissões

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar à entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov no menu “Pedidos”, na funcionalidade “Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos” utilizando a opção “Criar Pedido”, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:
 - i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - ii. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis.
2. No mais, aplicar-se-ão, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 3 a 7 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
3. A lista com a identificação dos erros e das omissões detetados, bem como a decisão prevista no n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos será junta às peças do presente procedimento e proceder-se-á à notificação de ambas a todos os interessados, através da plataforma eletrónica de contratação, na funcionalidade “Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos”

Artigo 10.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri de Concurso.



Artigo 11.º

Documentos que constituem a proposta

1. Identificação do concorrente através de declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada nos moldes previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, cuja minuta se junta no Anexo I do presente programa.
2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:
 - a) Proposta de preço global em Euros, sem inclusão do IVA - Fator preço (F_PREÇO).;
 - b) Memória descritiva e justificativa do proposto que deverá incluir a metodologia adequada às necessidades da aquisição de conceção e produção, a sua caracterização, as interdependências e encadeamentos das diferentes atividades. Este documento deve considerar os parâmetros expressos no ponto 1.1.1 do artigo 17.º do Programa de concurso - Fator Valia Técnica da Proposta (F_VTP).
 - c) Descrição da equipa Técnica, com apresentação de Currículos Vitae e apresentação de Plano de incorporação da equipa Técnica no objeto de concurso. Este documento deve considerar os parâmetros expressos no ponto 1.1.2 do artigo 17.º do Programa de concurso. - Fator adequação da equipa (F_AE)
 - d) Cronograma com a duração/prazo geral e de cada uma das fases das atividades. Este documento deve considerar os parâmetros expressos no ponto 1.1.3 do artigo 17.º do Programa de concurso. - Fator Prazo (F_PRAZO)
3. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.
4. Os documentos previstos nos números anteriores obedecem ao disposto nos n.os 1 e 3 a 5 e 6 do artigo 57.º do CCP.
5. O preço deve incluir todas as despesas inerentes aos fornecimentos a prestar, nomeadamente seguros, licenciamentos, aprovações e quaisquer outras.
6. Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo quando o preço da proposta for inferior à média dos preços das propostas admitidas em fase de análise. (a solicitar, se for o caso, após análise das propostas admitidas).

Artigo 12.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 13.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.



Artigo 14.º

Modo de apresentação das propostas

1. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.
2. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.
3. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de Apoio”, no menu principal “Ajuda”.

NOTA IMPORTANTE: Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o Artigo 68º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.

Artigo 15.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas podem ser apresentadas até às 17:30 horas do 15.º dia a contar da data de envio do anúncio para o Diário da República e do JOUE.
2. Relativamente ao Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, uma vez que a situação se enquadra na alínea a) n.º1 do artigo 20º face ao valor do contrato ser superior a 221.000,00 € -(limiares comunitários), irá proceder-se à publicidade internacional. No entanto nos termos do nº 3 do artigo 136º do CCP, o prazo de entrega das propostas será reduzido para 15 dias, justificando-se para tal a urgência na adjudicação, uma vez que a data de inauguração do Núcleo Museológico Ferroviário de Bragança, está marcada para o dia 25-04-2019, bem como a data de termino físico e financeiro do Termo de Aceitação da operação NORTE-04-2114-FEDER-000032 que termina em 30/07/2019.
3. O disposto no número anterior não prejudica a eventual prorrogação do prazo para apresentação das propostas resultante da verificação das situações previstas no artigo 64.º do CCP.

Artigo 16.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 66 dias a contar do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 17.º

CrITÉrio de adjudicação

1. A avaliação das propostas, para além do cumprimento dos requisitos descritos neste documento, incidirá nos seus atributos de acordo com os seguintes critérios de adjudicação:
 - 1.1. Considerando o âmbito do presente concurso, a adjudicação será feita segundo o critério da proposta “economicamente mais vantajosa”, tendo por base os seguintes fatores, por ordem decrescente de

importância: "... de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela seguinte modalidade definida na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, "Melhor relação qualidade -preço, na qual o critério de adjudicação é composto por um conjunto de fatores, e eventuais subfatores, relacionados com diversos aspetos da execução do contrato a celebrar":

1. Fator Valia Técnica da Proposta (F_VTP) 30%
2. Fator Adequação da Equipa (F_AE) 10%
3. Fator Prazo (F_PRAZO) 15%
4. Fator Preço (F_PREÇO) 45%

Todos os fatores do critério de adjudicação serão cotados numa escala de pontuação que varia entre 0 e 100 pontos, nos termos a seguir descritos.

1.1.1 Fator Valia Técnica da Proposta (F_VTP) – 30%

No fator valia técnica da proposta apresentada, a apreciação e valorização será feita com base na adequação da metodologia proposta às necessidades do projeto.

A pontuação será atribuída de acordo com os parâmetros de avaliação e escala de pontuação seguinte:

MUITO BOM – A proposta baseia-se numa abordagem centrada no utilizador e inclui justificação de metodologias que cumprem todos os objetivos abaixo definidos: a) análise aos textos, fotografias e vídeos para desenvolvimento de narrativas museográficas; b) descrição da conceção do design e museografia; c) identificação de soluções tecnológicas de suporte a experiências museológicas; d) planeamento da produção do design e museografia; e) planeamento da produção tecnológica.	100 pontos
BOM – A proposta baseia-se numa abordagem de centrado no utilizador e inclui justificação de metodologias que cumprem pelo menos 4 dos objetivos abaixo definidos: a) análise aos textos, fotografias e vídeos para desenvolvimento de narrativas museográficas; b) descrição da conceção do design e museografia; c) identificação de soluções tecnológicas de suporte a experiências museológicas; d) planeamento da produção do design e museografia; e) planeamento da produção tecnológica.	75 pontos
SATISFATÓRIO – A proposta baseia-se numa abordagem de centrado no utilizador e justificação de metodologias que cumprem pelo menos 3 dos objetivos abaixo definidos: a) análise aos textos, fotografias e vídeos para desenvolvimento de narrativas museográficas; b) descrição da conceção do design e museografia; c) identificação de soluções tecnológicas de suporte a experiências museológicas; d) planeamento da produção do design e museografia; e) planeamento da produção tecnológica.	50 pontos
SUFICIENTE – A proposta baseia-se numa abordagem centrado no utilizador e inclui justificação de metodologias que cumprem pelo menos 2 dos objetivos abaixo definidos: a) análise aos textos, fotografias e vídeos para desenvolvimento de narrativas museográficas; b) descrição da conceção do design e museografia; c) identificação de soluções tecnológicas de suporte a experiências museológicas; d) planeamento da produção do design e museografia;	25 pontos

e) planeamento da produção tecnológica.	
INSUFICIENTE – A proposta não segue uma abordagem de centrado no utilizador e não apresenta um número suficiente de metodologias para conhecimento das necessidades e motivações do Núcleo Ferroviário.	0 pontos

1.1.2 Fator adequação da equipa (F_AE) – 10%

Cada recurso da equipa proposta será avaliado e pontuado mediante o somatório das pontuações obtidas nos subfactores identificados na tabela seguinte. A avaliação do fator esta em conformidade com n.º 2 do artigo. 75.º do CCP

Para apuramento da Pontuação no Fator F_AE pela proposta y, será aplicada a seguinte fórmula:

$$F_{AE} = (\sum(\text{pontuações dos subfactores dos perfis})) / (3 \times 2)$$

Perfis	Subfactores	Pontuação			Observação
		Mínima	Média	Alta	
Perfil Museografia	Conhecimentos e experiência comprovada em desenvolvimento de projetos de Museografia.	0	50	100	Para recursos com 10 ou mais anos de experiência, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 10 pontos. Para recursos com 5 anos ou mais de experiência e inferior a 10 anos, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 5 pontos. Para recursos com experiência inferior a 5 anos, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 0 pontos
	Mínimo de 5 projetos executados na área de Museografia.	0	50	100	Para recursos com execução em 5 ou mais projetos, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 10 pontos. Para recursos com execução em 2 ou mais e inferior a 5 projetos, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 5 pontos. Para recursos com execução inferior a 2 projetos, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 0 pontos.
Perfil Designer	Conhecimentos e experiência comprovada na execução de projetos de Service Design.	0	50	100	Para recursos com mais de 2 anos de experiência, são atribuídos 10 pontos. Para recursos com mais de 1 ano de experiência e inferior 2 anos de experiência, são atribuídos 5 pontos. Para recursos com experiência inferior a 1 ano, são atribuídos 0 pontos

	Mínimo de 2 projetos executados na área de Design	0	50	100	<p>Para recursos com execução em 2 ou mais projetos, são atribuídos 10 pontos.</p> <p>Para recursos com execução em 1 ou mais e inferior a 2 projetos, são atribuídos 5 pontos.</p> <p>Para recursos com execução inferior a 1 projeto, são atribuídos 0 pontos.</p>
Perfil Gestor Projetos	Conhecimentos e experiência comprovada na gestão de projetos.	0	50	100	<p>Para recursos com mais de 5 anos de experiência, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 10 pontos.</p> <p>Para recursos com mais de 3 anos de experiência e inferior a 5 anos, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 5 pontos.</p> <p>Para recursos com experiência inferior a 3 anos, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 0 pontos</p>
	Mínimo de 5 projetos executados na área de gestão de projetos	0	50	100	<p>Para recursos com execução em 5 ou mais projetos, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 10 pontos.</p> <p>Para recursos com execução em 2 ou mais e inferior a 5 projetos, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 5 pontos.</p> <p>Para recursos com execução inferior a 2 projetos, comprovada através da apresentação de CV, são atribuídos 0 pontos.</p>

1.1.3 Fator Prazo (F_PRAZO) – 15 %

Por prazo de disponibilização do objeto do contrato entende-se o tempo, em dias seguidos, necessário para a entrega de todos os entregáveis descritos no ponto 1. da Cláusula 2.^a, da Parte II – Cláusulas Técnicas, do presente Caderno de Encargos.

Para apuramento da Pontuação no Fator F_PRAZO pela proposta y, será aplicada a seguinte fórmula:

$$F_{PRAZO_y} = 100 - \frac{100}{Prp_{max} - Prp_{min}} \times (Prp_y - Prp_{min})$$

F_{PRAZO_y} = Pontuação obtida no Fator F_PRAZO pela proposta y, arredondada a quatro casas decimais.

Prp_{max} = Prazo Máximo (Pr_{max} = 60 dias) – dias consecutivos de calendário

Prp_{min} = Prazo Mínimo (Pr_{min} = 45 dias) – dias consecutivos de calendário

Prp_y = Prazo da proposta y em análise

1.1.4 Fator Preço (F_PREÇO) – 45%

Para apuramento da Pontuação no Fator F_PREÇO pela proposta y, será aplicada a seguinte fórmula:

$$F_PREÇO_y = 100 - 100 * \left(\frac{Pp_y - P_{min}}{PB - P_{min}} \right)^5$$

F_PREÇO_y = Pontuação obtida no Fator F_PREÇO pela proposta y, arredondado a quatro casas decimais.

PB = Preço Base do procedimento (PB=336.000,00 Euros)

P_{min} = Preço Anormalmente Baixo (é considerado anormalmente baixo, quando o preço da proposta for inferior à média dos preços das propostas admitidas em fase de análise)

P_{py} = Preço da proposta em análise.

1.1.5 Avaliação final da proposta

A avaliação final da proposta y resultará da seguinte fórmula, em que a proposta selecionada será a que apresente a pontuação maior:

$$\text{Avaliação Final (AFy)} = F_VTP_y \times 0,30 + F_AE_y \times 0,10 + F_PRAZO_y \times 0,15 + F_PREÇO_y \times 0,45$$

A Avaliação Final (AFy) será apresentada na forma percentual arredondada a duas casas decimais (xxx,xx %).

1.1.6 Critério de Desempate

Caso exista igualdade após a aplicação do critério de adjudicação fixado, são aplicados os fatores de desempate, pela seguinte ordem:

1. É adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação no fator F_PREÇO;
2. É adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação no fator F_VTP;
3. É adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação no fator F_PRAZO;
4. É adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação no fator F_AE.

Cláusula 18.^a

Preço Anormalmente Baixo

No presente procedimento considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando, o preço da proposta for igual ou inferior à média dos preços das propostas admitidas em fase de análise. Considera a entidade adjudicante que para o cumprimento das cláusulas técnicas são necessários no mínimo 3 Recursos Humanos altamente qualificados dedicados aos projeto a 100% pelo período máximo de 60 dias, bem como necessidade de recorrer a equipas especializadas. Como tal para que a prestação dos serviços seja eficiente entende a entidade adjudicante que a média dos valores das propostas será a forma mais eficaz de avaliar um correto preço mínimo, a partir do qual, valores abaixo desse, se consideram anormalmente baixo.



Artigo 19.º

Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente em caso de adjudicação

O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação e através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “Adjudicações”, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, cuja minuta consta do anexo II ao presente programa;
- b) Certidão de Registo Comercial, no caso de pessoa coletiva, ou cartão de contribuinte do próprio, no caso de pessoa singular;
- c) Registo Criminal de pessoa coletiva ou de todos os titulares dos órgãos sociais, no caso de pessoa coletiva, ou Registo Criminal do próprio, no caso de pessoa singular;
- d) Declaração atestando estar a situação do adjudicatário regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal, ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Declaração atestando estar a situação do adjudicatário regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal, ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se situe o seu estabelecimento principal;
- f) Bilhete de Identidade da pessoa que vier a outorgar o contrato (se aplicável).

Artigo 20.º

Prevalência

Nos termos do artigo 132.º do CCP, as normas do presente programa de concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do anúncio com elas desconformes e, nos termos do artigo 51.º do mesmo código, as normas constantes do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 21.º

Caução

É exigível a prestação de caução, dado o preço contratual ser superior a 200.000,00€ (duzentos mil euros), a qual será de 5%.

Artigo 22.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas.

**ANEXO I****Modelo de Declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto - Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.



5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto - Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III
Modelo Garantia Bancária/Seguro de Caução

[artigo 17º do Programa de Concurso]

Garantia bancária/seguro de caução nº _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos nºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do (s) representante (s) legal (ais)]